

bombard
ULA, Fronteir
Jayun e Klea,
e rebelde Sad
sede as 17h00
artilharia.

SEÇÃO LIVRE

4.6.80
Correio Popular

AOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO

AOS professores de Campinas e região. Correio Popular, Campinas, 04 jun 1980

Diante das insidiosas divulgações que vem sendo feitas sistematicamente, quer através de organismos da imprensa, quer através de panfletos anônimos, de cujo teor se depreende o objetivo de deturpar o Sindicato dos Professores de Campinas, deformando sua imagem junto aos mestres e à própria população, criando um clima de convulsão na área do magistério, da qual poderá resultar violenta cisão entre os Professores, a Diretoria desta entidade sindical — legítima representante dos docentes de Campinas e região vê-se na imperiosa obrigação de romper o silêncio ético que sempre se impôs e vir a público, a fim de prestar alguns esclarecimentos, que se fazem necessários.

De dois anos para cá, a sede social do Sindicato dos Professores de Campinas passou a ser visitada por algumas pessoas, que se apresentavam como "Professores". Sua intenção era, segundo afirmavam, colaborar com a Diretoria da entidade através de sugestões que trariam melhores condições de vida e de trabalho para os mestres, em especial aos que exerciam suas atividades em Campinas e cidades vizinhas.

Foram recebidos fraternalmente e inúmeras reuniões foram realizadas. Infelizmente, para desencanto geral, constatou-se a triste realidade: não estavam, os "colaboradores", com nenhum desejo de somar esforços para o estudo e a solução dos problemas pertinentes ao magistério. Seus interesses eram outros, totalmente diversos. Queriam luta de classes: empregados contra patrões. Desejavam o tumulto social, através das divergências no seio da categoria e a disseminação do ódio entre as pessoas, usando como armas até a violação da vida particular de todos quantos se colocassem em seu caminho, desrespeitando flagrantemente o preceito constitucional que garante o sigilo da vida particular de cada um.

Tudo isso seria feito através do estardalhaço de denúncias bombásticas contra pessoas e instituições que os colocariam em posição de relevo, dentro da tão conhecida e condenável técnica de lançamento de ídolos pré-fabricados.

Entretanto, esta nunca foi a filosofia enfocada pelo Sindicato dos Professores de Campinas. Desde sua fundação, outra foi a linha de conduta adotada. A do respeito para com os outros e para consigo mesmo. A da independência. Independência com altivez. Sem subordinações. Sem comprometimentos. Levando aos patronais — e por elas lutando — todas as reivindicações que traduzem os anseios da categoria. Respeito recíproco, que vige há mais de vinte anos, constituindo-se em fator de vital importância na manutenção das bases em calma, a calma necessária para que os Professores possam desenvolver produtivamente suas atividades educacionais.

Sabem, perfeitamente, os Diretores do Sindicato dos Professores de Campinas que ainda se está longe do ponto ideal de remuneração e de condições de trabalho. Houve um longo período de exceção, no Brasil, durante o qual as entidades sindicais transformaram-se na grande maioria silenciosa da Nação. Mesmo assim, a luta do Sindicato dos Professores de Campinas não esmoreceu. Os acordos salariais da categoria sempre foram celebrados em níveis superiores aos das demais, mesmo aos daquelas que, pelo grande contingente humano que congregam, possuem enorme poder de pressão. Haja vista que a classe dos Professores foi a única a não sofrer os impactos danosos da célebre manipulação dos índices inflacionários de 1973 e 1974. Se não, vejamos:

Ano	Índice	Aumento
	Oficial	Obtido
1973	18%	30%
1974	17%	30%

Quando se fez ver tudo isso aos "colaboradores", a reação foi violenta. Voltaram-se, virulentamente, contra o Sindicato. Páginas e mais páginas de jornais foram gastas numa campanha injuriosa e difamatória, onde não se poupou sequer o lado humano dos Diretores da entidade, em especial do seu Presidente.

Da ridicularização dos homens e do órgão de representação, fazendo-os perder a credibilidade junto aos seus representados, objetivava-se um grande alvo: ganhar o comando do Sindicato, para fazê-lo atuar à maneira deles.

Vieram as eleições. Numa inescrupulosa atuação durante o período eleitoral, usaram, os "colaboradores", agora já adversários declarados, auto-intitulados "oposição sindical", de todos os recursos possíveis e imagináveis para ganhar o pleito.

Injúrias, difamações, calúnias e ridicularizações foram usadas, indiscriminada e ofensivamente. A tudo, respondeu a Diretoria do Sindicato, com o silêncio. Não se aceitou, em momento algum, baixar a campanha ao nível desejado pelos oposicionistas, muitos dos quais nem ao menos eram Professores, pois suas próprias carteiras profissionais declaravam-nos Auxiliares de Ensino. E Professor, de conformidade com a legislação é uma categoria diferenciada, sem estratificações e sem escalonamentos. Ou se é Professor, ou não se é Professor.

Manteve-se a Diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas numa posição de ética e de respeito, infelizmente não correspondida. Aos assaques, respondeu-se com a prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos e concretizados. Aguardou-se, com serenidade, o julgamento da classe. E ele veio, com a vitória, através da vontade soberana do voto, numa demonstração inequívoca e incontestável de que os mestres de Campinas e região têm plena consciência da sua missão de educadores, não aceitando ser representados de forma pouco condizente com os princípios que regem a conduta dos transmissores do saber.

Derrotada nas urnas, a "Oposição Sindical" decidiu continuar sua luta pelo poder, enfraquecendo o Sindicato e impedindo-o de desenvolver suas atividades. Onde? Como? Só um ponto havia, capaz de ser atacado: a Contribuição Assistencial, decidida em Assembléia Geral, nos termos do artigo 513 da C.L.T. e que se destina a criar, manter e ampliar os serviços assistenciais do Sindicato. E eles aí estão, palpáveis e concretos: assistência jurídica e odontológica, atendimento médico através de convênios e o tão necessário lazer, na Colônia de Férias, construída pelo Sindicato, em Caraguatuba.

De que forma manter e ampliar essa assistência, num órgão que percebe, dos seus associados, a irrisória importância de Cr\$ 60,00 mensais? Somente por meio da Contribuição Assistencial, que não pode ter outra aplicação. Se suprimida essa Contribuição, nada poderia fazer o Sindicato pelos seus sócios. E óbvio que numa entidade inoperante e inexpressiva torna-se muito mais fácil fazer oposição e ganhar-se o apoio da classe, consequentemente insatisfeita.

Intensa campanha foi novamente desenvolvida pelos jornais e panfletos anônimos. Conclamou-se toda a "Oposição" para comparecer à assembleia geral extraordinária, na qual se discutiria a campanha salarial, e votarem contra os itens de reivindicação apresentados pela Diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas, em consonância com os demais Sindicatos da área e com a Federação.

Na assembleia, nova derrota para a "Oposição". Os mestres campineiros não aceitaram as regras do jogo que se tentava impor. Delegaram à Diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas poderes especiais para a celebração do Acordo Salarial e ratificaram a autorização de desconto da Contribuição Assistencial.

Independentemente do resultado da assembleia, convites foram feitos para que a "Oposição" acompanhasse, "pari passu", as tratativas, pois assim procedendo, poderiam situar-se dentro da realidade das situações a serem enfrentadas, deixando de lado as utopias que antecedem aos absurdos. Na Mesa Redonda realizada na Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, apenas um dos integrantes da "Oposição" compareceu. Não houve acordo, porque o índice de aumento pedido, superior àquele defendido pela "Oposição" na assembleia, não foi aceito pelos representantes patronais, sendo os autos encaminhados ao Tribunal Regional do Trabalho para o prosseguimento da processualística.

Para estupefação geral, outra intensa campanha foi desenvolvida pelos jornais e pelos panfletos anônimos, criticando a reivindicação feita, sob a alegação de que o percentual pleiteado tinha a finalidade de forçar a instauração do Dissídio Coletivo, impedindo a celebração de Acordo Salarial, o qual, pelas inúmeras cláusulas de natureza social que continha, era muito mais vantajoso para a categoria. No Tribunal Regional do Trabalho, as partes se comprometeram e o Acordo Salarial foi firmado, calculando-se o percentual de aumento sobre os salários de 1978 acrescidos de 4,5 por cento além do índice estabelecido. Tiveram, pois, os Professores, 8,5 por cento acima dos índices oficiais em 1979!

O desespero tomou, então, conta dos "oposicionistas". Impedidos de criticar o Acordo Salarial, voltaram-se para a Contribuição Assistencial, tentando deturpar completamente o seu significado, vendo-se, mais uma vez, frustrados em suas pretensões.

Veio 1980. Revezando-se, sempre em grupos, apresentaram-se no Sindicato, todos os dias, exigindo a realização da assembléa referente à campanha salarial, impondo, inclusive, as datas. Mas, quais datas? Aquelas que somente a eles interessava, dias em que tinham certeza absoluta da presença maciça dos seus "correligionários". Em contrapartida, haveria a ausência total dos demais Professores, quase todos viajando, em férias escolares.

O Sindicato dos Professores de Campinas pertence a todos os Professores. Não a um pequeno grupo. Por essa razão, a sua Diretoria sempre zelou para que as decisões emanem do maior número possível dos integrantes da categoria em condições de voto.

Atendendo às determinações legais e estatutárias, a Assembléa Geral Extraordinária salarial foi convocada para o dia 28 de janeiro, data em que a grande maioria dos Professores já havia retornado das suas férias. Foi divulgada amplamente através de edital publicado em jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato, que não abrange

apenas o município de Campinas. O local escolhido foi o "Holiday Inn Hotel", pela facilidade de acesso e de localização para os Professores Campineiros e de outras localidades que desejassem dela participar. O edital de convocação permaneceu afixado em local visível na sede social do Sindicato, desde a data de sua publicação.

A presença de 110 Professores, em condições de voto, falou bem alto pelo acerto das medidas adotadas. Curiosamente, a "Oposição" não compareceu, alegando desconhecimento do fato. Talvez a causa determinante fosse a certeza prévia de que, a exemplo do ano anterior, suas colocações absurdas e impraticáveis, cujo grande desiderato ainda era o rompimento do clima de harmonia restante entre patrões e empregados, seriam rechaçadas pelo plenário.

Mesmo assim, aquela era a hora e aquele era o momento de se trazer diretamente para os integrantes da categoria, com a identificação pública das responsabilidades, todas as idéias e todos os pontos de vista que vinham sendo defendidos e divulgados através dos jornais e do panfletário anônimo. Tal não ocorreu. Uma derrota fragorosa, numa assembléa que aprovou, sem qualquer restrição, todas as propostas apresentadas, inclusive a da manutenção da Contribuição Assistencial e que ratificou o seu voto de confiança nos Diretores do Sindicato dos Professores de Campinas, delegando-lhes poderes especiais para transacionar com as entidades patronais, seria o desmascaramento das pseudo-lideranças, pré-fabricadas por alguns jornais e por panfletos anônimos.

Seria muito mais cômodo não comparecer e posteriormente contestar a validade da assembléa e criticar as decisões adotadas.

Depois de imenso estardalhaço em torno de uma possível anulação da assembléa, tentativa infrutífera, eis que a mesma foi realizada atendendo a todos os dispositivos legais e estatutários, a "Oposição" voltou à carga, criticando, como já se esperava, o Acordo Salarial celebrado.

Apesar de o Acordo Salarial de 1980 ter sido o melhor do Brasil, dentre todas as categorias, não só pelo INPC de 40,9 por cento, pela taxa de produtividade de 6%, sem escalonamentos, como também pelas inúmeras conquistas de natureza social obtidas, ele tinha de ser atacado. E atacado foi. Sem êxito, tentou-se provar que as vantagens sociais conseguidas já existiam e que a taxa de produtividade obtida nada representava. Outras categorias precisaram recorrer a demoras e prejudiciais paralisações para conseguir 6% de produtividade, escalonados, com os seus integrantes dando-se por satisfeitos e vitoriosos. No entanto, os 6% sem escalonamentos, obtidos pelo Sindicato dos Professores de Campinas, em clima de harmonia e respeito, sem greves, sem agressões e sem radicalizações, nada representou para a "Oposição". E mais: sofismando e distorcendo, ou por não conhecerem o texto legal ou por julgarem que a categoria dele não tem conhecimento, investiram contra a forma de se calcular o aumento de salários, como se fosse possível, num Acordo Salarial, homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho, passar-se por sobre a Lei.

Se a Lei está certa ou errada, se é benéfica ou prejudicial, é outro problema. Deve-se, isto sim, tentar modificá-la e este tem sido o empenho não só do Sindicato dos Professores de Campinas e de suas entidades irmãs, como também dos organismos

sindicais de todo o Brasil. Lamentavelmente, a Lei é genérica e não estabelece distinções, abrangendo, pois, todas as categorias profissionais e sua aplicação é automática. Desejam insistentemente, uma nova assembléa, alegando querer discutir problemas referentes ao Acordo Salarial de 1980, já homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e transitado em julgado. Não é essa, porém, a verdadeira intenção. O objetivo, mais uma vez, é polemizar, criando as já tradicionais áreas de atrito que mantenha em evidência os integrantes da "Oposição".

Não há razão alguma para se realizar a referida assembléa agora. Sabem todos — e a "Oposição Sindical" também — que é vedado discutir sobre a matéria julgada e o ato jurídico perfeito. As idéias "salvadoras da categoria" e "capazes de solucionar, vez por todas os seus problemas" — se é que tais idéias existem — deveriam, isto sim, ter sido levadas para o local onde se discute e se decide: as assembléas gerais, convocadas pela Diretoria, dentro de suas competências, na época adequada, em consonância com as possibilidades de comparecimento dos integrantes da classe. Nunca, porém, atendendo a imposições individuais ou de grupos que buscam a satisfação dos seus próprios interesses, nem sempre identificados com os da categoria.

A chamada "Oposição" critica a Diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas, entretanto, é de se notar que as investidas resumem-se, única e exclusivamente, no apontar falhas e necessidades, as quais são do conhecimento de todos. Deve-se, pois, diferenciar a crítica destrutiva e a crítica construtiva. Enquanto aquela, utilizada pela "Oposição", limita-se a apontar falhas e a assacar contra as figuras humanas dos administradores, esta vai muito mais além. Apresenta propostas de solução, equilibradas e factíveis. Lamentavelmente, não consta, em todo esse período de ataques pessoais, qualquer propositura feita pelos integrantes da "Oposição", no sentido de ajudar na superação dos problemas que afligem a classe dos docentes.

Fala, a "Oposição", também, muito, em continuísmo. Deve-se, entretanto, a bem da verdade, dizer que se o Sindicato dos Professores de Campinas sobreviveu e se desenvolveu, foi pelo fato de um grupo de abnegados Professores ter aceito a árdua e espinhosa tarefa de dirigi-lo, numa das fases mais críticas da história política e sindical brasileira. Pondo em jogo sua condição social e profissional, despendendo de sua receita pessoal, impondo-se e aos seus, enormes sacrifícios, esses homens, alguns dos quais ainda permanecem no quadro de Diretores, mantiveram o sindicalismo e o Sindicato vivos até os dias de hoje.

Ressalte-se que em nenhum desses momentos incertos e intranquilos, ainda bem próximos da atualidade, notou-se a presença e a atuação dos "oposicionistas". Não. Durante todo esse tempo dedicaram-se eles às suas atividades particulares, usufruíram dos benefícios que lhes foram conquistados pelo Sindicato, mas jamais se expuseram. Havia quem fizesse isso por eles. Essas mesmas pejorativas hoje são alvo das mais pejorativas e demeritórias denominações.

Os tempos mudaram. Abriram-se as portas da liberdade classista e os Sindicatos transformaram-se em verdadeiras forças vivas. Despertou, então, a ambição do promocionismo pessoal, o desejo de satisfação das vaidades individuais e a sede de poder. Surgiram aqueles que exteriorizando a coragem que sempre lhes

faltou nos períodos agudos e críticos da vida sindical, "modestamente" passaram a se auto-alcanhar de "líderes dos Professores" e "líderes da oposição".

Cripto-líderes, que nem sequer têm a condição necessária para lutarem pelos seus próprios direitos. E exemplo marcante dessa afirmação é o caso recente de diversos elementos de proa da "Oposição Sindical" que, dispensados da escola onde trabalhavam, correram para o Sindicato que conseguiu devolver-lhes os empregos e garantir-lhes o mercado de trabalho.

O professorado campineiro deseja tranquilidade e segurança, a fim de trabalhar em paz. O Sindicato dos Professores de Campinas tem procurado, de todas as formas, garantir-lhes essas prerrogativas, inclusive através de Acordos Salariais dignificantes e benéficos com as entidades patronais.

Sabem, bem, os Diretores do Sindicato dos Professores de Campinas que ainda há um longo caminho a percorrer até se chegar ao ponto ideal. E pretendem percorrê-lo, com dignidade, com altivez, com independência, com critérios. Sem radicalizações incoerentes que só trazem prejuízos para a categoria, gerando intranquilidade e insegurança e semeando ódios e cisões. Acima de tudo, sem o sensacionalismo barato que só promove alguns, em detrimento da grande maioria.

Fica, aqui, o repto para todos aqueles que estiverem possuídos de dúvidas, em especial para os que se intitulam "líderes da oposição", uma "oposição" que só existe entre quem quer dividir para conquistar: que se apresente uma prova — uma só prova — de algum Acordo Salarial celebrado, no Brasil, em bases superiores ao firmado pelo Sindicato dos Professores de Campinas, mesmo por entidade de outra categoria!

Finalizando, a Diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas declara que estes esclarecimentos foram prestados exclusivamente em virtude do respeito e da consideração de que são merecedores os mestres campineiros e da região. Não há interesse em estabelecer polêmicas que não produzirão nada mais do que a promoção pessoal que tanto buscam alguns elementos. As provocações e as agressões, contínuas e constantes, não encontrarão eco neste órgão sindical e não serão respondidas.

As portas desta entidade estarão sempre abertas para todos que dela precisarem ou que a ela se dirijam no sentido de colaborar para o seu engrandecimento, que é o engrandecimento do próprio Professor. De forma alguma, porém, ela se prestará para fins outros que não os exclusivamente classistas.

Os Diretores, eleitos pela livre vontade do voto, aqui permanecerão até o último dia dos seus mandatos, trabalhando, como sempre, discretamente e em equipe, em prol dos tão sonhados melhores dias. Até lá, não serão aceitas, em hipótese alguma, imposições e pressões oriundas de elementos não pertencentes ao quadro diretivo, visando a tomadas de posições que fujam das diretrizes básicas traçadas. No encerramento dos mandatos eletivos, prestarão contas aos seus representados e se submeterão ao julgamento da categoria, a quem caberá a palavra final. A ninguém mais.

A DIRETORIA